

OS IMPASSES DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS NO BRASIL: CONFLITOS E INTERESSES QUE AMEAÇAM UMA COMUNIDADE PESQUEIRA NO CEARÁ

THE IMPASSES OF EXTRACTIVE RESERVES IN BRAZIL: CONFLICTS AND INTERESTS THREATENING A FISHING COMMUNITY IN CEARÁ

LOS IMPASSES DE LAS RESERVAS EXTRACTIVAS EN BRASIL: CONFLICTOS E INTERESES QUE AMENAZAN A UNA COMUNIDAD PESQUERA EN CEARÁ



10.56238/revgeov16n5-214

Antonio Gerson Maciel da Rocha

Licenciado em História

Instituição: Universidade Estadual do Ceará (UECE)

E-mail: gesonrocha606@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-8721-1903>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7859327679398199>

Mônica Farias Abu-El-Haj

Doutora em Educação Brasileira

Instituição: Universidade Estadual do Ceará (UECE)

E-mail: monica.farias@uece.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3907-5395>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3072807381390748>

RESUMO

O artigo descreve a história da comunidade pesqueira da Prainha do Canto Verde, localizada no litoral leste do Ceará, e a luta de seus moradores pela preservação da pesca artesanal e contra as ameaças de especulação imobiliária. A luta resultou na transformação da comunidade em unidade de conservação ambiental, e a Prainha do Canto Verde passou a configurar oficialmente na lista das Reservas Extrativistas (RESEXs) brasileiras em 2009. A condição de Reserva Extrativista não evitou a continuidade da pesca predatória nem da especulação imobiliária na região, fato que levou a uma disputa interna entre seus moradores, estimulada por agentes externos que tiveram seus empreendimentos turísticos ameaçados com a criação da RESEX e, mais recentemente, pela chegada de veranistas que compram terras e casas de pescadores com preços abaixo do valor estimado pelo mercado. Essa confluência de fatores e a inoperância das políticas e órgãos de proteção ambiental, como o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), têm ameaçado o desenvolvimento e a permanência da Prainha do Canto Verde enquanto unidade de conservação ambiental. Ao descrever esse cenário, com base em uma pesquisa de campo realizada com um grupo de nativos, além de dados coletados em fontes documentais e bibliográficas, o artigo objetiva trazer elementos para uma reflexão sobre os problemas e impasses que cercam as reservas extrativistas no Brasil e suas políticas de proteção ambiental.



Palavras-chave: Reserva Extrativista. Unidade de Conservação. Comunidades Tradicionais. Políticas de Preservação Ambiental.

ABSTRACT

This article describes the history of the fishing community of Prainha do Canto Verde, located on the east coast of Ceará, and the struggle of its residents for the preservation of artisanal fishing and against the threats of real estate speculation. This struggle resulted in the community's transformation into an environmental conservation unit, and Prainha do Canto Verde was officially included in the list of Brazilian Extractive Reserves (RESEXs) in 2009. The status of Extractive Reserve did not prevent the continuation of predatory fishing or real estate speculation in the region, leading to internal disputes among its residents. This conflict was fueled by external agents whose tourism ventures were threatened by the creation of the RESEX and, more recently, by the arrival of vacationers who buy land and houses from fishermen at prices below market value. This confluence of factors and the ineffectiveness of environmental protection policies and agencies, such as the Chico Mendes Institute for Biodiversity Conservation (ICMBio), have threatened the development and continued existence of Prainha do Canto Verde as an environmental conservation unit. By describing this scenario, based on field research conducted with a group of native people, as well as data collected from documentary and bibliographic sources, the article aims to provide elements for reflection on the problems and impasses surrounding extractive reserves in Brazil and their environmental protection policies.

Keywords: Extractive Reserve. Conservation Unit. Traditional Communities. Environmental Preservation Policies.

RESUMEN

Este artículo describe la historia de la comunidad pesquera de Prainha do Canto Verde, ubicada en la costa este de Ceará, y la lucha de sus habitantes por la preservación de la pesca artesanal y contra las amenazas de la especulación inmobiliaria. Esta lucha culminó con la transformación de la comunidad en una unidad de conservación ambiental, y Prainha do Canto Verde fue incluida oficialmente en la lista de Reservas Extractivas (RESEX) de Brasil en 2009. El estatus de Reserva Extractiva no impidió la continuación de la pesca depredadora ni la especulación inmobiliaria en la región, lo que generó disputas internas entre sus habitantes. Este conflicto se vio alimentado por agentes externos cuyos proyectos turísticos se vieron amenazados por la creación de la RESEX y, más recientemente, por la llegada de turistas que compran terrenos y casas a los pescadores a precios inferiores al valor de mercado. Esta confluencia de factores y la ineficacia de las políticas y agencias de protección ambiental, como el Instituto Chico Mendes para la Conservación de la Biodiversidad (ICMBio), han puesto en peligro el desarrollo y la continuidad de Prainha do Canto Verde como unidad de conservación ambiental. Al describir este escenario, basado en una investigación de campo realizada con un grupo de indígenas, así como en datos recopilados de fuentes documentales y bibliográficas, el artículo pretende aportar elementos para la reflexión sobre los problemas e impases que rodean las reservas extractivas en Brasil y sus políticas de protección ambiental.

Palabras clave: Reserva Extractiva. Unidad de Conservación. Comunidades Tradicionales. Políticas de Preservación Ambiental.



1 INTRODUÇÃO

Os conflitos e interesses que ameaçam a preservação da Reserva Extrativista da comunidade pesqueira da Prainha do Canto Verde, situada no município de Beberibe—CE, a quase 115 km da capital Fortaleza, são o foco deste trabalho. Criada em 2009, como resultado da luta da comunidade pela preservação da terra e da pesca artesanal, a Reserva da Prainha do Canto Verde passa a ser palco de conflitos internos, motivados pela interferência de agentes externos e pela inoperância das políticas de preservação do uso sustentável dos recursos naturais pelos moradores. Estruturado em três partes, o artigo aborda a luta pela conquista da Reserva, a emergência dos conflitos e os impasses que hoje cercam sua existência enquanto unidade de conservação ambiental e cultural.

As Reservas Extrativistas (RESEXs) no Brasil foram criadas no início da década de 1990, após o assassinato do ativista político Chico Mendes, como resposta institucional às ameaças de expropriação territorial, devastação ambiental e marginalização (econômica, social e cultural) das populações tradicionais. Em 2000, por meio da Lei nº 9.985/2000, o Congresso Nacional e o Senado Federal aprovaram a implantação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), órgão que responde pela regulamentação e criação das RESEXs no território brasileiro.

Além da aprovação e regulamentação, cabe ao SNUC promover o desenvolvimento sustentável das RESEXs por meio de atividades de pesquisa, educação ambiental e turismo ecológico. Entretanto, a insuficiência de fiscalização e de estrutura, decorrente das limitações orçamentárias governamentais, e a pressão das atividades econômicas ilegais denunciam as fragilidades das políticas de preservação e desenvolvimento das RESEXs. Esse cenário faz com que elas fiquem à mercê dos impasses e conflitos de interesses que cercam sua dinâmica e existência.

Os dados da pesquisa foram produzidos a partir da memória e do relato de um grupo de moradores que atuaram na luta pela implantação da RESEX, participaram de seus desdobramentos e hoje vivenciam — tanto na condição de sujeitos quanto de vítimas — as consequências dos impasses que envolvem as disputas de interesses em torno da Prainha do Canto Verde enquanto unidade de conservação ambiental. Ao descrever essa história na perspectiva dos nativos, e incluir fontes bibliográficas e documentais, o trabalho objetivou refletir sobre as possibilidades e os limites das políticas de preservação das Reservas Extrativistas no Brasil.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A partir de um balanço historiográfico sobre os impasses existentes na comunidade, emergidos após sua decretação como RESEX, identificou-se uma lacuna. Embora dois trabalhos dialoguem parcialmente com a proposta desta pesquisa, eles não são suficientes para suprir tal carência. Tais trabalhos são: *Memorial de Canto Verde: Saber de vida e luta do povo do mar*, de Márcia Ribeiro (2017), e *Turismo e economia solidária*, de Viviane Medeiros (2019). Apesar de relevantes, não se



concentram nos impasses contemporâneos relacionados à RESEX na comunidade pesqueira. Não obstante, serão utilizados como referência para possibilitar análises comparativas e cruzamentos teóricos que fortaleçam a discussão proposta.

Para abordar de maneira adequada a realidade analisada, adotamos um arcabouço teórico selecionado com base na pertinência de seus conceitos em relação ao objeto e ao tema investigados. Nesse contexto, consideramos oportuno mobilizar os seguintes conceitos: Território, conforme Milton Santos (1984), entendido não apenas como forma, mas como território usado, sendo o resultado da articulação entre objetos e ações e a expressão do espaço humano e habitado; Comunidade Tradicional, que, segundo Carmo Thum (2017), compreende um grupo social que estabelece vínculos históricos com um espaço físico, transformando-o em território coletivo por meio do trabalho e da permanência de seus fundadores; e Memória Coletiva, na perspectiva de Maurice Halbwachs (2013), que transcende o âmbito individual, visto que as lembranças de cada sujeito se constituem em relação ao grupo social ao qual pertencem.

3 METODOLOGIA

Em termos metodológicos, o trabalho se amparou na perspectiva da História Oral (Cardoso, 2010), adotando a entrevista semiestruturada como principal instrumento de produção dos dados. As entrevistas foram realizadas com um grupo de moradores nativos que, além de terem participado da luta e criação da RESEX da Prainha do Canto Verde, ocupam hoje posições distintas no tabuleiro de interesses e perspectivas em relação aos problemas que a comunidade enfrenta enquanto unidade de conservação ambiental. Nesse sentido, os entrevistados são compreendidos como os principais agentes históricos, e a comunidade pesqueira, como o espaço social onde suas experiências se constituem.

As entrevistas, realizadas em 2024, foram gravadas (com duração média de 60 minutos), subsequentemente transcritas e, então, criteriosamente analisadas, com o intuito de garantir a fidelidade e a integridade dos discursos obtidos. Para o manejo adequado desse tipo de fonte, foram utilizados recursos essenciais, destacando-se o uso de gravadores de voz e a adoção de um diário de campo para o registro das observações e reflexões dos pesquisadores. Além dos dados de campo, o trabalho envolveu pesquisas bibliográficas e documentais.

4 ANÁLISES E DISCUSSÕES

4.1 A LUTA DA COMUNIDADE DA PRAINHA DO CANTO VERDE PELA RESEX

De acordo com os relatos dos próprios moradores, os primeiros habitantes da área começaram a ocupar o território no século XIX, durante o período da libertação dos escravizados. Estes indivíduos foram emancipados em 1870 por um senhor de engenho de um povoado vizinho, hoje denominado



Campestre da Penha. Sobre a formação da comunidade, observam-se as informações fornecidas por Galdino (2010, p. 29):

As primeiras famílias da comunidade foram formadas pelos casais: Joaquim Fernandes do Nascimento Girão – “Caboclo” (1853-1949), que esposou Maria da Conceição “Filismina”, e o “Zé Cariri”, que se casou com a Sra. “Chica Benvinda”, irmã do Joaquim Caboclo. Juntos, eles construíram a primeira habitação do local, uma casa de taipa, que foi habitada pelos doze filhos gerados pelo primeiro casal que ajudaram a compor a base da árvore genealógica da comunidade. Depois apareceram outras famílias parentas do Zé Cariri; como também os Baratas e Raimundo Caboclo que tinha um filho com o nome de Raimundo Canto Verde, que morava na vizinhança e constantemente vinha pescar. Daí, em decorrência da grande quantidade de “verde”, na época existente no local, ele passou a chamá-lo de Prainha do Canto Verde, que deu nome à comunidade.

A localidade surge como um ambiente propício à sobrevivência e ao bem-estar dos que ali habitavam. Desde a tranquilidade e a beleza naturais até a contribuição do mar, que, por meio da pesca, fornecia alimentos de origem animal e, conseqüentemente, colaborou para a sedentarização naquele espaço. Esses elementos tornaram a comunidade atrativa para outras famílias, como os Quinins, Firminos, Correias e Dantas. Com o desenvolvimento da vida em comunidade, surgiram os problemas ligados à coexistência e à sobrevivência coletiva. Naquela época, as famílias eram numerosas (com uma média de quinze filhos) e enfrentavam dificuldades para manter o sustento dos membros. Devido à falta de suporte nutricional, muitas crianças não sobreviviam aos primeiros meses de vida. Além disso, a inexistência de instituições ou ações educacionais contribuía para a manutenção do analfabetismo em grande parte da população. Aqueles que demonstravam maior interesse pela educação encaminhavam os filhos para a comunidade vizinha do Jardim, onde eram iniciados nos estudos por meio do professor Joaquim Nel.

No final dos anos 1970 e início dos anos 1980, surgiram personalidades impulsionadas por planos especulativos, possivelmente voltados para o desenvolvimento de um turismo de sol e praia de grandes proporções. Os moradores da comunidade receberam notícias de que um indivíduo chamado Antônio Sales Magalhães alegava ter comprado a área correspondente à comunidade do Canto Verde. Naquele momento têm início os primeiros processos de mobilização e resistência dos moradores em defesa de seu território e do direito à permanência no local. Por meio de rodas de discussão, os moradores buscavam, de forma coletiva, estratégias e alternativas para enfrentar a presença do intruso. Como lembra uma liderança da comunidade:

[...] sempre tinha um rapaz aqui que passava aqui na minha casa, que era o Til¹, aí ele dizia que aqui iam lotear e nós não sabia de nada né [...] Mais ou menos em 1980 eu vi um homem acolá, ainda lembro como se fosse hoje, com aquelas máquina de medição [...] aí a gente ouviu dizer que iam vender as terras do morro, aí a gente se tocou logo que podia ser a Prainha. Aí de noite na escola (MOBRAL) tinha uma professora (Vilanir) que ela tinha uma irmã (Inez) lá no Centro de Defesa, na Arquidiocese de Fortaleza, defesa dos direitos humanos e que eles

¹ Nativo e protagonista histórico registrado pela imobiliária como testemunha no processo de usucapião das terras.



ajudavam os pobres. Escrevemos uma carta pedindo apoio e o pessoal começaram vim.
(Aposentada, nativa, e liderança feminina, 67 anos)

A professora Vilanir, por meio de sua irmã Maria Inez - que à época atuava no Movimento Eclesial de Base (MEB) e no Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos (CDPDH) -, estabeleceu um contato fundamental que trouxe apoio externo à comunidade em sua luta pela posse do território. Nesse contexto, uma equipe da Arquidiocese de Fortaleza, sob a liderança do bispo Dom Aluísio Lorscheider à época, prontamente se fez presente na vila pesqueira com o objetivo de contribuir para a organização e a análise dos conflitos territoriais. Esse encontro marcou o início de uma aliança que se fortaleceria ao longo do tempo, unindo esforços em defesa da comunidade. Destaca-se, ainda, a significativa atuação dos colaboradores do CDPDH na formulação de estratégias para enfrentar a especulação imobiliária. Em muitas ocasiões, foram esses agentes que viabilizaram o suporte necessário para a realização das reuniões, desempenhando um papel crucial na resistência comunitária.

Assim, a rede de apoio construída entre a comunidade e a Arquidiocese não só desempenhou um papel fundamental na atuação jurídica, mas também proporcionou aos habitantes do Canto Verde oportunidades valiosas de troca de experiências. Essas interações ocorreram tanto no plano interno - fortalecendo os laços entre os próprios moradores - quanto no externo, com outras comunidades do Ceará que enfrentavam desafios semelhantes e se organizavam por meio das Comunidades Eclesiais de Base. O compartilhamento dessas vivências, ancorado na luta contra a opressão, a perda territorial e a defesa da cultura e dos direitos locais, fortaleceu a identidade coletiva e contribuiu significativamente para o amadurecimento da organização comunitária.

Um dos eventos mais significativos no desenvolvimento de colaborações entre comunidades que enfrentavam desafios semelhantes ocorreu entre os dias 10 e 14 de setembro de 1985, durante a realização do XIII Seminário Rural, promovido pela Arquidiocese de Fortaleza, com a presença do Arcebispo Dom Aloísio Lorscheider. Este evento, de caráter religioso, reuniu a maioria das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) do Ceará, incluindo grupos da região serrana, do sertão e do litoral, além de representantes de outros estados. Foi um marco na consolidação do trabalho de organização comunitária, proporcionando um espaço para a troca de experiências e o fortalecimento de vínculos. A partir dele, a Prainha do Canto Verde foi oficialmente incluída na rede das CEBs.

Ao longo dos anos, a resistência se fortaleceu, levando à conscientização sobre a necessidade de uma estrutura institucional mais eficaz. Foi nesse contexto que, após diversas reuniões e discussões, os nativos criaram a Associação dos Moradores da Prainha do Canto Verde em 16 de abril de 1989. O reconhecimento da Associação tornou-se crucial para o fortalecimento da defesa dos interesses legais e jurídicos relacionados aos processos de proteção da terra.

Em 1987, dois anos antes da formalização da Associação, a Prainha do Canto Verde recebeu a visita de um suíço, cuja trajetória o levou a conhecer a comunidade durante uma viagem a Jericoacoara.



Ao chegar, ele encontrou um cenário de mobilização ativa, no qual os moradores já estavam organizados e engajados na luta pela defesa de seu território e de seus direitos. Esse primeiro contato foi determinante para seu envolvimento posterior com a causa da Prainha do Canto Verde, como ele próprio relata:

Fiquei na casa do Til, onde tive a oportunidade de conhecer a comunidade e o grupo que estava se organizando para formar a associação dos moradores. Eles estavam recebendo apoio do Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos, com o apoio da Arquidiocese. Foi nesse ambiente que conheci várias pessoas e comecei a me interessar profundamente pela história da comunidade. (Suíço, 82 anos)

Dentre suas diversas visitas à comunidade, em 1992, o suíço casou-se com uma moradora local e estabeleceu residência definitiva na Prainha do Canto Verde. Sua permanência marcou o início de uma nova fase no processo de luta e organização comunitária, o que fortaleceu ainda mais as iniciativas voltadas para a defesa do território e o desenvolvimento sustentável da vila pesqueira. Além de seu envolvimento direto nas articulações locais, a iniciativa de criar um entreposto de pescado partiu dele, proposta que, após amplo debate, foi aprovada em assembleia comunitária. A implementação desse projeto contou com o suporte financeiro de amigos suíços, consolidando-se como um marco no fortalecimento da autonomia econômica da comunidade.

Verde enfrentavam outro problema: a presença recorrente dos escafandristas, caracterizando uma espécie de "grilagem marítima". Vale ressaltar que, sendo o mar a principal fonte de sustento da comunidade, a pesca predatória se tornava uma ameaça direta à sobrevivência local. Diante da crescente escassez de lagosta devido à atuação ilegal desses mergulhadores, surgiu a necessidade de uma resposta contundente. Essa resposta veio no dia 4 de abril de 1993, quando quatro pescadores embarcaram em uma jornada destemida com destino ao Rio de Janeiro como manifestação de protesto contra a pesca predatória de lagosta. A travessia, que durou 74 dias, visava chamar a atenção da opinião pública para o descaso dos governos (federal, estadual e municipal) em relação aos Povos do Mar e denunciar a pesca predatória que devastava praticamente todo o litoral cearense.

O símbolo "SOS" estampado na vela da embarcação reforçava o caráter emergencial da situação e a necessidade de intervenção imediata. O protesto alcançou ampla repercussão, pressionando os governantes a direcionarem maior atenção à pesca artesanal. Para compreender a relevância dessa mobilização, é essencial destacar que, durante a travessia da jangada, foi concebida a ideia de criação do Instituto Terramar, que contou com a participação ativa do suíço. O Instituto surgiu com o propósito de fortalecer sua atuação junto à comunidade, com ênfase nas áreas de pesca e educação. Nos anos seguintes, consolidou-se como um agente fundamental na ampliação do conhecimento sobre o cotidiano das comunidades pesqueiras, contribuindo para o aprimoramento de suas estratégias de resistência e desenvolvimento sustentável.



Em 5 de junho de 2009, o Decreto nº 0-002 conferiu à Prainha do Canto Verde a inclusão na lista das Reservas Extrativistas. Com a implementação dessa categoria, a comunidade obteve a capacidade de controlar a especulação imobiliária, coibir construções irregulares e otimizar a fiscalização da pesca predatória, tornando o processo mais célere e eficiente. O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) passou a ser o órgão responsável por essa supervisão, encarregado de garantir a interação harmoniosa com as comunidades tradicionais e de reforçar sua relação intrínseca com a natureza.

4.2 VULNERABILIDADES DA COMUNIDADE DIANTE DE INTERESSES EXTERNOS

A expectativa inicial era de que a implementação da RESEX trouxesse uma fase de estabilidade para a Prainha do Canto Verde. No entanto, esse cenário se mostrou distinto da realidade, uma vez que a política ambiental gerou um novo conflito, agora de natureza interna. Após superar os desafios iniciais relativos à especulação territorial, a comunidade viu-se diante de uma nova batalha, decorrente das implicações da RESEX, fato que introduziu uma camada adicional de complexidade ao já desafiador contexto vivido pelos moradores.

Após a transformação da vila em uma unidade de conservação, surgiram insatisfações e conflitos de interesses em torno da política de preservação, haja vista que a expectativa de mudança dos moradores, alimentada pela implantação da RESEX, não foi correspondida. Com isso, começou a dissipar-se a credibilidade de parte dos nativos em relação aos ganhos que teriam com a unidade de conservação. Esses descontentamentos estão associados a um conjunto de fatores que, mesmo diante dos depoimentos, ainda não se mostra satisfatoriamente evidenciado.

Entre os principais aspectos que contribuíram para o cenário de insatisfação, destacam-se: a persistência da pesca predatória; alegações de favorecimento de parte dos moradores em detrimento de outros; impactos sobre proprietários externos; e o surgimento de um comportamento especulativo por parte de agentes externos interessados em aproveitar as atrações naturais da região. Cada um desses elementos desempenhou um papel significativo na configuração de novas tensões, tanto internas quanto externas.

O primeiro fator, referente à persistência da pesca predatória, revelou-se uma grande decepção para a comunidade, pois não atendeu à grande expectativa dos moradores em relação ao aspecto mais sensível para a coletividade. Apesar das intensas lutas para combater essa prática ilegal, como a emblemática viagem da Jangada "SOS" ao Rio de Janeiro (mencionada anteriormente), a implementação da RESEX não solucionou a problemática da pesca predatória, que continua a ameaçar o modo de vida tradicional dos pescadores locais. Esse cenário persiste devido à falha na fiscalização eficaz e à continuidade de práticas predatórias que comprometem a sustentabilidade dos recursos marinhos, essenciais para a subsistência da comunidade. A ausência de mudanças concretas gerou



frustração generalizada entre os pescadores, que esperavam que a RESEX proporcionasse maior proteção aos recursos naturais e criasse condições favoráveis para a pesca artesanal.

O segundo componente diz respeito às alegações de favorecimento, uma vez que parte da comunidade passou a manifestar insatisfação ao perceber benefícios direcionados a membros ligados à Associação dos Moradores (conhecida como associação “antiga”). Esse suposto favorecimento gerou desconfiança e contribuiu para o enfraquecimento da coesão social na vila. A posição do grupo que se mostrou contrário à implementação da RESEX foi fortalecida a partir da percepção de que os benefícios da Reserva não eram distribuídos de forma equitativa. Para esses moradores, a gestão da Reserva favorecia determinados grupos ou interesses específicos, gerando um sentimento generalizado de exclusão e desigualdade no acesso às vantagens prometidas pela política ambiental. Esse cenário alimentou um discurso de descontentamento e intensificou as críticas à forma de gestão da RESEX. A exposição a seguir ilustra esse ponto:

Se é uma reserva era pra ter preservado mesmo como eles diziam, não era pra ter deixado o pessoal fazer o que fizeram, aí, assim, eles tem posição mais pra uns do que pros outros. Se é pra ser reserva não tá na regra certa. Os projetos quando vem é mais pro lado de lá de que pra todo mundo da comunidade, aí essas coisinhas a gente vai juntando, juntando, a gente não apoia, eu pelo menos não apoio. (1º secretária da Associação Nova, 55 anos)

Além disso, o sentimento de que as promessas iniciais - como a melhoria das condições de vida e a preservação sustentável do território e da pesca - não foram plenamente cumpridas favorecia uma crescente insatisfação entre os moradores. Para os descontentes, a RESEX não apenas falhou em seu papel distributivo, mas também contribuiu para acentuar divisões internas na comunidade, criando dinâmicas de desigualdade e exclusão. Em contrapartida, o grupo que apoiava a RESEX destacava os projetos desenvolvidos em decorrência de sua criação, bem como aqueles que já existiam antes da implementação da política ambiental e que foram mantidos ou fortalecidos pela Reserva. Um exemplo relevante é o projeto “Geração Muda Mundo”, implementado na comunidade em outubro de 2007, com o objetivo de fomentar o empreendedorismo entre os jovens.

Ademais, o presidente da Associação “antiga”, em sua entrevista, afirmou que a comunidade é contemplada com novos projetos, os quais são amplamente divulgados para que todos os moradores tenham acesso.

O terceiro aspecto corresponde aos impactos sobre os proprietários de terra externos. Com a implementação da RESEX, alguns agentes externos foram diretamente afetados, como é o caso de um empresário com propriedade de longa data na vila, cuja terra foi incluída na delimitação da Reserva. Sentindo-se prejudicado pela restrição ao uso de seu bem, esse agente passou a apoiar e incentivar o grupo de moradores insatisfeitos, fato que contribuiu para o fortalecimento de novos focos de resistência à política da RESEX dentro da comunidade.



A delimitação da área da Reserva teria inviabilizado os planos do empresário de realizar empreendimentos de especulação imobiliária, levando-o a buscar apoio entre os moradores descontentes para a formação de uma nova associação: a Associação Independente dos Moradores da Prainha do Canto Verde, que, posteriormente, ficou conhecida como “associação nova”. Conforme apontado pelo grupo pró-RESEX, a criação da associação nova teria sido promovida por esse empresário como estratégia para contestar as restrições impostas pela Reserva. A versão sugere que o empresário, motivado por interesses próprios, teria buscado “comprar” o apoio dos moradores, difundindo a ideia de que a inclusão da área terrestre na Reserva seria prejudicial para a comunidade. Desse modo, a criação de uma nova organização marcou a reconfiguração do cenário comunitário, que, com propostas diferenciadas, passou a lutar pela reversão da condição da vila enquanto unidade de conservação ambiental.

Para fortalecer sua posição, o empresário passou a atuar por intermédio de um morador local que, por sua condição de nativo, desfrutaria de maior confiança e legitimidade perante os moradores insatisfeitos. A seguir, vejamos o depoimento de uma moradora da associação antiga:

Aí foi aonde começou, nessa época o empresário já morava aqui, a gente ficou sabendo que as escondidas ele começou criar um grupinho. Primeiro, porque ali o dono do mercantilzim que tem ali, que é ele que é responsável de arrumar empregado e é responsável, trabalha pra esse empresário, então foi ele que começou a ganhar as pessoas. Uns diz que é iludir, ele andou iludindo umas pessoa, mas muito caíram na dele, mas a gente como já conhecia a história, já vinha de uma longa história, a gente não caiu. Foi quando ele começou dizer que aquilo não era bom, que os pescador não aceitassem. (Nativa, pescadora, 43 anos)

Esse nativo, que atua como intermediário entre os interesses do empresário e a comunidade local, ocupa atualmente o cargo de presidente da Associação Independente dos Moradores. A seguir, vejamos a versão dos fatos na perspectiva desse intermediário:

Então a associação não foi fundada diretamente por ele como dizem, agora ele é uma peça fundamental dentro da comunidade, até hoje. São três ambulâncias doadas pelo empresário. As pessoas dizem: o empresário rachou a comunidade, não! Quem rachou a comunidade foi nós próprios [...] ele se aproveitou do racha. (Presidente da Associação Independente dos Moradores, 39 anos).

De acordo com o atual presidente da nova entidade, sua fundação ocorreu antes mesmo da implantação da RESEX, mais precisamente entre os anos de 2004 e 2005. Segundo ele, a associação surgiu como uma alternativa para viabilizar recursos destinados a projetos sociais, diante da falta de apoio da Associação dos Moradores para a liberação dessas verbas.

Por fim, o quarto e último elemento dos conflitos internos refere-se ao crescente caráter especulativo por parte de agentes externos, interessados na beleza natural do lugar e no desejo de adquirir terras em uma comunidade ainda pouco explorada. Esse movimento despertou nos moradores locais a ideia de lucrar com a venda de terras. Contudo, ao serem impedidos de realizar negociações,



dadas as restrições impostas pela RESEX, o descontentamento aumentou entre os moradores que já se mostravam contrários à permanência da Reserva.

Essa insatisfação encontrou respaldo em um consenso compartilhado por parte da comunidade: a crença de que as famílias, por ocasião da criação da RESEX, teriam direito a duas porções de terra - uma destinada à moradia e outra a um ponto de comércio. Essa norma, que, segundo eles, havia sido criada como parte de um acordo interno da comunidade durante a implantação da RESEX, passou a ser demandada, contraditoriamente, justamente pelos moradores que se manifestavam contrários à permanência da vila como unidade de conservação. Assim, com a chegada dos agentes externos interessados na aquisição de terras, os moradores desejavam usufruir de um direito criado, segundo eles, pela Reserva, o qual, no entanto, comprometia sua própria existência.

Sem possuir direito de posse legal da terra nem a autorização do ICMBio, alguns moradores passaram a negociar terrenos de forma paralela a preços irrisórios, muito abaixo do valor praticado nas faixas litorâneas da região. Esse cenário estimulou o crescimento acelerado da onda especulativa. Como resultado, houve um aumento significativo na demarcação e no cercamento de terras por parte dos moradores. A antiga "história dos dois pontos de terras" perdeu sentido e controle por parte da Reserva, visto que a busca desenfreada por algum benefício pecuniário levou os nativos não só a demarcarem as terras por conta própria, de forma desordenada, mas também a vendê-las a baixo custo, transformando o território em um espaço disputado por quem chegasse primeiro.

Os mais beneficiados com esse comportamento eram os forasteiros, que não só compravam terrenos a preços irrisórios, mas também, em alguns casos, os revendiam a outros agentes externos, por valores significativamente superiores à quantia paga aos nativos. À medida que os moradores nativos perceberam o crescente interesse dos forasteiros em adquirir propriedades, os terrenos passaram paulatinamente a ser mais valorizados, embora tenham se mantido abaixo do preço estimado para as demais faixas litorâneas da região.

Esses quatro fatores, portanto, causaram e acentuaram a cisão interna na comunidade, culminando na formação de dois grupos distintos. De um lado, a Associação dos Moradores da Prainha do Canto Verde, que teve papel decisivo na resistência às ameaças iniciais e no processo de implantação da RESEX, reconhecida por sua relevância histórica e hoje popularmente chamada de associação “velha” ou “antiga”. De outro, o grupo dos insatisfeitos, que, com o apoio do agente externo mencionado, criou a Associação Independente dos Moradores, conhecida como associação “nova”, com o intuito de articular suas demandas e reivindicações. Desde então, essa divisão tem marcado a dinâmica comunitária, o que gera tensões e dificulta a construção de consensos necessários à gestão participativa da Reserva.

É importante registrar os principais objetivos defendidos pelo grupo que se opõe à RESEX, representado pela Associação “Nova”. Compreender tais metas é crucial para delinear as motivações



e os fundamentos das críticas à política de gestão ambiental da Reserva, revelando as demandas específicas desse segmento da comunidade.

O primeiro objetivo da associação “nova” é assegurar que os moradores obtenham o título formal de suas terras. Essa demanda baseia-se na percepção de que a posse legal das terras constitui um passo essencial para garantir a segurança jurídica e fortalecer a autonomia comunitária. Com o título em mãos, os moradores teriam maior estabilidade e condições de promover o desenvolvimento local de maneira mais sustentável e independente. Conforme relata o presidente da Associação Independente dos Moradores: “Na época que nós ganhamos do Henrique Jorge era pra eles terem distribuído os títulos de terra de cada morador e não foi feito”. (presidente da Associação Independente dos Moradores, 39 anos).

O segundo ponto está relacionado à reivindicação de que a Reserva se torne um instrumento mais ativo de políticas públicas que beneficiem diretamente a comunidade. A narrativa da associação “nova” sugere que, no modelo atual, a RESEX tem imposto barreiras burocráticas e estruturais que dificultam ou inviabilizam iniciativas que poderiam promover o desenvolvimento local. Entretanto, persiste uma lacuna significativa em relação aos caminhos ou mecanismos concretos para o alcance dessas metas. Não há clareza sobre quais estratégias, recursos ou instrumentos jurídicos e legais seriam empregados para viabilizar as demandas apresentadas. Essa indefinição reflete a ausência de um planejamento estruturado ou de uma articulação estratégica eficaz, o que reforça a necessidade de um processo mais robusto de organização interna da entidade.

Em contrapartida, a associação “antiga” sustenta a narrativa da preservação da RESEX, justificando sua defesa na preservação ambiental e no desenvolvimento sustentável da vila, além de outros aspectos. Um segundo ponto de embate com a associação “nova” refere-se à abrangência territorial da RESEX. Enquanto a associação “ova” argumenta que a abrangência das normas de preservação da RESEX deveria se restringir à área marítima - e que, segundo seus membros, este teria sido o acordo inicial para sua implementação -, a associação “antiga” e seus adeptos sustentam que o documento original sempre contemplou tanto a área marítima quanto a terrestre. Vejamos o exposto pelo atual presidente da associação “antiga”:

A maior bandeira da associação dos moradores foi a terra, o mar foi uma coisa que a gente já discutia, o mar a gente já trabalhava os acordos de pesca e tudo, mas nunca foi o foco o mar, toda vida foi a terra, então, jamais nós ia pedir uma RESEX só de mar, nós ia pedir a terra, a terra era a principal, a terra era a principal. Você imagina, porque que nós ia pedir uma RESEX só mar, se o nosso maior intuito da Prainha era a luta da terra. Isso desvirtuou porque o empresário deu de conta que ele ia perder a posse dele. O intuito da associação nova não foi pra questionar a questão da terra, foi o empresário que criou porque atingiria o território dele, ele quem cria a associação nova. Houve uma intenção por trás, que uma parte dos moradores foram “usados”. Hoje eles tão vendo que estão perdendo, porque a invasão grande da Prainha que está acontecendo, o grande culpado foi a associação nova e o empresário, que dividiu a comunidade, e não foi fácil pra manter e até hoje como estamos mantendo. Então ela foi feita na intenção de defender o empresário (Presidente da Associação antiga. 46 anos)



Ainda de acordo com o presidente da associação “antiga”, eles não se opõem, em princípio, à criação de novas associações na comunidade. O ponto central do embate reside no fato de que essa nova entidade propõe medidas que, segundo ele, desrespeitam a dinâmica sociocultural da comunidade e os princípios fundamentais que regem uma Reserva Extrativista. Portanto, no que se refere aos objetivos dessa perspectiva, os membros da associação “antiga” e seus apoiadores defendem a preservação da RESEX em sua forma inicial, acreditando que, aos poucos, as normas concernentes à sua integral efetivação serão plenamente implementadas pelos órgãos responsáveis. Essa perspectiva inclui a crença de que os veranistas que chegaram à comunidade serão gradualmente expulsos, restabelecendo-se o controle local sobre as terras.

Em meio às disputas entre esses dois lados, percebemos um ponto em que os moradores convergem. Tal aspecto diz respeito à burocracia imposta aos moradores para a obtenção de serviços essenciais (como um ponto de luz), entendida como algo decorrente das normas específicas que configuram uma RESEX e que, até o momento, não foram devidamente regulamentadas. Isso contribui para a insatisfação dos moradores, sobretudo dos que se manifestam contrários à sua permanência.

Eu sou contra a Resex por causa desse impacto que eles tem, que proíbe a gente nativa de fazer uma reforma, aumentar alguma coisa, tem que pedir licença a eles. A minha revolta mais é por causa desse negócio da energia, que a gente quer botar energia mais não pode, é embargada. Se você tem uma luz pra botar, se liga pra Enel, manda ligar pro ICMBio pra pedir autorização. Aí por causa dessa coisa toda aí eu fico desgostosa, eu num vou apoiar uma coisa dessa que eu vejo que não é certo. (1º secretária da Associação Nova, 55 anos)

Moradores adeptos da associação “antiga”, que apoiam a RESEX, também se veem impactados por esse processo e manifestam suas insatisfações, a exemplo do que expressa uma moradora:

Eu apoio a ideia da reserva extrativista por tudo o que ela representa: proteção ambiental, valorização das comunidades tradicionais e um modelo de vida sustentável. No entanto, é difícil não me sentir profundamente inconformada com a burocracia e a demora para termos acesso a algo tão básico quanto a energia elétrica. Mesmo vivendo em um lugar onde a preservação é prioridade, não dá para ignorar o impacto que a falta de estrutura causa na vida das pessoas. (Nativa, 26 anos)

Apesar do acesso aos depoimentos aqui registrados, o cenário de conflitos e narrativas em torno da RESEX ainda se revela de difícil compreensão. Conforme anteriormente exposto, a falta de clareza reflete a multiplicidade de interpretações e perspectivas existentes, com cada grupo construindo narrativas de acordo com seus próprios interesses e vivências. O fato é que os conflitos internos e a ausência de articulação eficaz mantêm a comunidade em um estado de indefinição, o qual precisa ser superado para que os moradores consigam não apenas preservar sua identidade, mas também construir um futuro mais inclusivo e sustentável para todos.



4.3 OS RUMOS DA RESEX: NAVEGAR É PRECISO, PERMANECER É UM DESAFIO

O impasse na Prainha do Canto Verde é tão profundo que a comunidade se encontra em constante dependência da jurisprudência, com disputas legais que moldam a dinâmica local. A situação atual é caracterizada por uma verdadeira “guerra de processos”, marcada por embates judiciais entre os dois grupos e pelo questionamento contínuo, por parte da comunidade, às ações do ICMBio. Isso ocorre sobretudo quando o órgão impede ou dificulta que moradores locais tenham acesso a novos pontos de luz como represália à venda indevida de terras a agentes externos.

Nesse contexto, indaga-se sobre o papel que o ICMBio, enquanto órgão federal e potencial mediador dos conflitos, tem desempenhado na comunidade. Em alguns episódios, a instituição tem agido de maneira contrária a esse papel, sendo percebida não como agente de mediação, mas sim como uma instituição que adota uma postura intimidadora e, por vezes, repressiva, fato que agrava ainda mais a polarização e o conflito na região. Há relatos, sobretudo do grupo dissidente ligado à Associação Nova, de que o órgão assume um comportamento arbitrário e autoritário quando, por exemplo, confisca as ferramentas de construção de moradores locais que trabalham como pedreiros nas casas de agentes externos e lhes aplica multas pela suposta atividade ilegal de trabalho contra a RESEX. Cabe observar que a atividade de pedreiro, que grande parte dos moradores aprendeu a desenvolver em paralelo à pesca, tornou-se, conforme depoimento dos próprios nativos, a segunda principal renda ou a renda complementar da comunidade.

Compreende-se que a função primordial do órgão é a gestão, fiscalização e o controle das áreas de preservação. No entanto, considerando o contexto específico da Prainha do Canto Verde, onde a especulação já é uma realidade consolidada e não há uma solução viável à vista, torna-se pertinente a adoção de uma postura mais dialógica. Nesse sentido, sugere-se que a entidade assuma um papel de mediador, promovendo o debate entre as partes envolvidas e buscando alternativas que minimizem os conflitos socioambientais enquanto não se estabelece uma solução definitiva, que pode vir a exigir medidas mais incisivas.

Outro aspecto a ser considerado, ainda em relação à fonte de renda local da comunidade, e que torna ainda mais delicada a situação da RESEX, diz respeito às oportunidades de trabalho trazidas pela presença crescente de forasteiros na comunidade. Embora essas oportunidades não sejam suficientes para garantir a estabilidade socioeconômica local, o aumento do comércio (pequenos supermercados, restaurantes, venda de artesanato) e a contratação da mão de obra local (em atividades doméstica e jardinagem) hoje representam uma fonte de renda para os moradores diante da escassez de outras atividades econômicas na região. Mesmo pessoas que se mostram favoráveis à política ambiental e mantêm maior proximidade com a Associação “Antiga”, também atuam como pedreiros, no comércio e em demais atividades ligadas à nova dinâmica local, o que torna o cenário da RESEX ainda mais complexo.



Vale ainda destacar as mudanças nas expectativas de vida da nova geração de moradores locais, que, em grande parte, não se identifica com a profissão de pescador, devido às duras condições de trabalho que a atividade demanda, e não necessariamente deseja seguir a tradição pesqueira. O acesso ampliado à educação tem proporcionado a muitos filhos de pescadores a conclusão do Ensino Médio e, em alguns casos, o ingresso no Ensino Superior. Esse cenário tem gerado novas perspectivas profissionais e alterado a dinâmica socioeconômica da comunidade, impactando diretamente na continuidade das práticas tradicionais de pesca.

Em meio a esse cenário, em 2024, foi aprovado o Plano de Manejo da Reserva Extrativista (RESEX) Prainha do Canto Verde, por meio da Portaria ICMBio nº 554, de 22 de fevereiro de 2024. Essa ação, que contou inclusive com a participação ativa da Associação “Nova”, apresenta-se como um possível ponto de convergência entre os interesses divergentes. O Plano de Manejo é um instrumento fundamental para garantir a gestão sustentável do território e a manutenção dos modos de vida das populações tradicionais. Entretanto, surge a indagação sobre até que ponto ele será efetivado e se poderá realmente atuar como um catalisador para unir as partes divergentes em prol da preservação e do desenvolvimento da comunidade.

Embora o Plano de Manejo sugira a possibilidade de um novo horizonte para a RESEX, o impasse persistente, marcado pela ausência de diálogo e de um agente mediador, levanta questionamentos sobre sua real eficácia na superação desse conflito, especialmente no que tange a dois pontos: 1. Até que ponto a comunidade conseguirá **se apropriar** desse instrumento como **protagonista** na busca por soluções? 2. O Plano de Manejo será suficiente para reverter a situação de impasse e promover um entendimento coletivo? Tais questionamentos oferecem oportunidades para pesquisas futuras, permitindo uma análise mais aprofundada sobre os desdobramentos e impactos do Plano.

5 CONCLUSÃO

É importante destacar que uma Reserva Extrativista visa não apenas proteger o território, mas também garantir a continuidade cultural e o modo de vida de uma comunidade tradicional. Cabe ressaltar, todavia, que a cultura não é estática, especialmente quando inserida em um contexto próximo a áreas urbanas, onde as influências externas são constantes e as transformações sociais e econômicas ocorrem de maneira natural e acelerada. Nesse sentido, a própria comunidade passa por mudanças, impulsionada por novas demandas, aspirações e expectativas, sobretudo entre as gerações mais jovens.

Diante desse cenário, faz-se necessária uma indagação: o que significa, de fato, preservar? A preservação não pode ser entendida como o congelamento de uma cultura no tempo, impedindo sua evolução conforme as necessidades e os desejos de seus membros. Pelo contrário, preservar deve ser compreendido como a continuidade dinâmica da identidade cultural, da memória coletiva e do bem-estar da comunidade, mantendo um diálogo constante com as transformações sociais e econômicas.



Isso inclui a incorporação de elementos contemporâneos e o respeito às expectativas das novas gerações, que muitas vezes não veem na atividade pesqueira a principal fonte de renda, buscando outras oportunidades de trabalho e formas de vida.

Esse debate leva à reflexão sobre o papel estratégico do ICMBio enquanto gestor da RESEX. Considerando o contexto específico vivido pela comunidade, levanta-se a hipótese de que o órgão, além de seu papel fiscalizador das normas ambientais, talvez possa assumir um papel ampliado como mediador cultural, facilitador de diálogo e articulador de políticas públicas que promovam a sustentabilidade socioeconômica da comunidade. Isso incluiria fomentar espaços de negociação e esclarecimento, viabilizando um ambiente de conversas construtivas que contemplem tanto a preservação ambiental quanto as necessidades econômicas e sociais dos moradores.

Ao articular a preservação cultural com o desenvolvimento sustentável, o ICMBio estará contribuindo para a construção de soluções inclusivas e adaptadas às demandas atuais da comunidade. Caso esses pontos continuem a ser negligenciados, o impasse tenderá a se perpetuar, o que comprometerá a eficácia da política de preservação e o bem-estar da comunidade local. Dessa forma, torna-se essencial a promoção de um diálogo contínuo e participativo, que permita à comunidade ser protagonista na construção de seu futuro, garantindo não apenas a preservação de seu território, mas também a continuidade de sua identidade cultural em constante transformação.



REFERÊNCIAS

- CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco. Nos caminhos da História Social: os desafios das fontes orais no trabalho do historiador. **História & Perspectivas** (UFU), v. 23, p.31-47, 2010. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/19284>. Acesso em: 10 nov. 2025.
- GALDINO, José Wilson. **Educação e movimentos sociais na pesca artesanal: o caso da Prainha do Canto Verde, no litoral cearense**. 2010. 312 f. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) - Faculdade de Educação - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.
- LIMA, Márcia Ribeiro de. **Memorial de Canto Verde: saber de vida e luta do povo do mar**. 2017. 233 f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) - Faculdade de Educação - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.
- MEDEIROS, Viviane Costa Fonseca de Almeida. **Turismo e economia solidária: experiências comunitárias e processo de desenvolvimento na perspectiva do eu coletivo nas praias de Batoque e Canto Verde - Ceará - Brasil**. 2019. 250 f. Tese (Doutorado em Turismo) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.
- SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucifec/Anpur, 1984, p. 15 - 20.
- THUM, Carmo. Povos e Comunidades tradicionais: aspectos históricos, conceituais e estratégias de visibilidade. REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, p. 162-179, 2017. DOI: <https://doi.org/10.14295/remea.v0i0.6899>

